

**URGENTÍSSIMO:
GOVERNO DILMA PREPARA NORMA TÉCNICA
PARA ENSINAR MULHERES A ABORTAR**

Sábado, 9 de junho de 2012

A todos os que compreendem o valor da vida humana:

Nesta quarta feira dia 6 de junho surgiu na imprensa a notícia de que o governo Dilma, quebrando todas as promessas que havia feito durante as eleições de 2010, estaria para implantar, através do Ministério da Saúde e dentro do prazo de um mês, o aborto no Brasil.

As notícias foram divulgadas em primeira página na Folha de São Paulo, no Estado de São Paulo e no Correio Braziliense.

A. Matéria da Folha de São Paulo.

Na quarta feira, dia 6 de junho, a Folha de São Paulo afirmava em reportagem de capa que, segundo o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães,

O Sistema de Saúde brasileiro passará a acolher as mulheres que desejam fazer aborto e orientá-la sobre como usar corretamente os métodos existentes para abortar.

Centros de aconselhamento indicarão quais são, em cada caso, os métodos abortivos mais seguros do que outros.

A Folha afirmava ainda que o modelo será copiado do Uruguai, que o adota desde o ano de 2004.

A proposta, diz a Folha, foi abordada na última semana de maio pela Ministra Eleonora Menicucci, que afirmou “somente ser crime praticar o próprio aborto, mas que o governo entende que não é crime orientar uma mulher sobre como praticar o aborto”.

Depois de orientada sobre como praticar o aborto, uma vez consumado o delito, a mulher passaria por uma nova consulta para evitar maiores conseqüências pós aborto.

Ainda segundo a Folha,

"para os que desenvolveram a política, ela não só é uma atitude legal, como é ética e de direito humano básico".

[Folha de São Paulo: Governo estuda dar orientações à mulher que deseja abortar:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/47248-governo-estuda-adotar-medidas-de-reducao-de-danos-para-aborto-illegal.shtml>]

B. Dados falsos.

A matéria da Folha, ademais, insiste em divulgar dados que hoje são reconhecidamente falsos.

Repetindo o que diz o governo, o periódico insiste que há mais de um milhão de abortos por ano no Brasil, quando já se sabe que *o verdadeiro número de abortos no Brasil não passa de 100 mil por ano e está diminuindo 12% ao ano nos últimos quatro anos.*

A matéria afirma também que há duzentas mil internações por ano por causa de aborto, não indicando que este número inclui tanto os abortos espontâneos como os provocados. Destas duzentas mil internações, apenas um máximo de 50 mil são devidas ao aborto provocado.

A Pesquisa Nacional do Aborto, realizada em 2010 pela Universidade de Brasília em conjunto com a ANIS, mostrou que, de cada duas mulheres que provocam aborto no Brasil, uma é internada. Portanto, se há 50 mil internações por ano no Brasil por aborto provocado, isto significa que fazem-se 100 mil abortos provocados por ano, e não o milhão e meio que as autoridades divulgam, *com perfeito conhecimento de que estão divulgando um dado falso.*

Ademais, os dados do Ministério da Saúde mostram que o número das internações por aborto está diminuindo a uma taxa de 12% ao ano, todos os anos, pelo menos desde os últimos quatro anos.

Isto significa que os brasileiros não estão apenas cada vez mais contrários à legalização do aborto, mas também que estão também abortando cada vez menos a cada ano.

C. Matéria do Estado de São Paulo.

Na quinta feira dia, 7 de junho, o jornal O Estado de São Paulo noticiou que na segunda feira, dia 11 de junho, o *Ministério irá reunir-se para preparar uma cartilha para orientar as mulheres que desejam abortar.* A cartilha deverá ficar pronta até o fim do mês de junho:

"O Ministério da Saúde e um grupo de especialistas se reúnem na segunda-feira para discutir um programa para aconselhamento de mulheres que decidiram abortar. A Comissão vai sugerir a formulação de uma cartilha, com orientações para que o procedimento seja feito com segurança. "A intenção é fecharmos o material de orientação em, no máximo, um mês", afirmou o coordenador do Grupo de Estudos sobre o Aborto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Thomaz Gollop. O formato final do programa será definido pelo Ministério. A cartilha conteria, por exemplo, informações para mulher escolher o lugar do procedimento".

[Estado de São Paulo: GOVERNO PREPARA CARTILHA PARA MULHER QUE DECIDE ABORTAR:
<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-prepara-cartilha-para-mulher-que-decide-abortar,883557,0.htm>]

D. Matéria do Correio Braziliense.

Neste sábado, dia 9 de junho, o Correio Braziliense já noticiava que ao longo do mês de junho uma comissão de trabalho se reunirá com os técnicos do Ministério da Saúde para formular uma norma técnica que servirá de base para um programa de aconselhamento para mulheres com gravidez indesejada. Além disso, o Correio informa que o Ministério pretende liberar para o público a venda de remédios abortivos hoje de uso reservado à rede hospitalar. Desta maneira, os médicos poderão orientar as mulheres sobre como praticar o aborto seguro e os medicamentos necessários estarão nas farmácias amplamente disponíveis para o público.

Ainda segundo o Correio Braziliense, a professora Débora Diniz, pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS), uma das organizações que representam o Brasil no CLACAI, ou Consórcio Latino Americano contra o Aborto Inseguro, uma entidade fundada pelas organizações Rockefeller para disseminar o uso de abortivos químicos na América Latina [<http://www.clacai.org/integrantes>], a proibição da ANVISA de que os abortivos fossem comercializados não fossem comercializados para o público

"Foi baseada em uma prática moral. 'Eles não estavam preocupados com uma epidemia abortiva', avalia. Segundo a especialista, agora, 20 anos depois da primeira regulação, é necessária uma mudança de postura. A argumentação, sustentada por grupos feministas e médicos, é de que tirar o remédio de circulação foi um erro".

[Correio Braziliense: FEMINISTAS E DE MÉDICOS DEFENDEM VOLTA DE ABORTIVO ÀS FARMÁCIAS:
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/06/08/interna_brasil,306202/grupos-feministas-e-de-medicos-defendem-volta-de-abortivo-as-farmacias.shtml]

E. A gravidade do problema.

A proposta do governo, tal como apresentada pelos jornais, é muito mais grave do que o que está sendo mostrado.

Mais adiante pode-se ler uma explicação mais completa do imenso trabalho internacional que está por trás da mais recente iniciativa do governo Dilma.

Vale lembrar que a presidente Dilma Rousseff, no dia 16 de outubro de 2010, durante as eleições presidenciais, assinou uma carta de compromisso na qual afirmava que:

"Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto. Eleita presidente da república, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país. [...] Com estes esclarecimentos, espero contar com você para deter a sórdida campanha de calúnias contra mim orquestrada".

http://brasilacimadetudo.lpchat.com/images/images/dilma_mensagemaborto.jpg

No mesmo dia em que a candidata Dilma assinava esta carta, o jornal O Estado de São Paulo divulgava que o Ministério da Saúde havia publicado, no dia 4 de outubro, apenas um dia após as eleições do primeiro turno, quando o PT julgava que a candidata já estaria eleita,

"a prorrogação de um convênio que estuda mudanças na legislação sobre o aborto. O projeto, segundo o contrato publicado no Diário Oficial da União, chama-se Estudo e Pesquisa - Despenalizar o Aborto no Brasil. Esse recente convênio, prorrogado até fevereiro de 2011, foi fechado no ano passado com a Fundação Oswaldo Cruz, do Rio, e faz parte do Grupo de Estudo sobre o Aborto, que reúne desde 2007 entidades civis dispostas a debater o assunto com o executivo, o judiciário e o legislativo. Coordenador desse grupo de estudos em todo o país, é o médico Thomaz Gollop, o qual lamenta a carta de Dilma e o rumo da discussão sobre o tema no segundo turno. O projeto trata, segundo extrato do Diário Oficial, de estudo para "despenalizar" o aborto, mas, segundo o coordenador do grupo de estudos, [dr. Gollop], a ideia é ir mais longe e não fazer mais do aborto um crime. 'O objetivo maior no futuro é descriminalizar o aborto, mas agora fica difícil avançar', diz Gollop".

[Estado de São Paulo: MINISTÉRIO PRORROGA CONTRATO DE ESTUDO PARA "DESPENALIZAR" PRÁTICA DO ABORTO:
http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101016/not_imp625642,0.php]

O mesmo contrato, assinado simultaneamente com as promessas de Dilma de não pretender legalizar o aborto, foi objeto de denúncia de um vídeo, que alcançou cem mil visitas, postado na Internet pelo Padre Paulo Ricardo:

[A IGREJA AMORDAÇADA PELO PT:
<http://www.youtube.com/watch?v=PkzoKCkgMCo>]

O documento que oficializa o contrato pode ser encontrado no Diário Oficial da União neste link:

[PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 137/2009:
<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=88&data=04/10/2010>]

O grupo que está elaborando, junto com o Ministério da Saúde, a nova Norma Técnica que pretende criar em todo o país centros de orientação sobre o aborto, liberalizar a venda de drogas abortivas na rede nacional de farmácias e difundir uma cartilha que ensine as mulheres como e onde praticarem o aborto é exatamente o mesmo Grupo de Estudos sobre o Aborto, coordenado pelo mesmo médico Thomas Gollop, cujo convênio com o Ministério da Saúde estava sendo contratado pelo governo enquanto a candidata Dilma jurava que jamais promoveria o aborto no Brasil.

F. O que fazer.

O Brasil está enfrentando o maior ataque já desencadeado contra a dignidade da vida humana que já houve em sua história. O problema transcende o Brasil e representa o coroamento de investimentos estrangeiros de várias décadas que pretendem impor o aborto não só ao Brasil como também a toda a América Latina e a todo o mundo.

Agora precisamos de sua ajuda mais do que nunca. Podemos fazer muito para impedir que estas coisas aconteçam. Os governantes são eleitos pelo povo, e devem representar o povo que os elegeu. Se o povo brasileiro entende que o aborto é homicídio, é necessário que ele se manifeste e exija que os governantes que ele elegeu retirem estes projetos de pauta. É simples assim, e é exatamente por isto que estamos em uma democracia.

Mas para isto é necessário que entendamos exatamente o que está acontecendo, e que cada um de nós queira manifestar-se. No texto abaixo passo a explicar o que há por detrás destas notícias divulgados pelos principais jornais do Brasil, que certamente jamais seriam publicadas por eles.

Leia tudo com atenção. Abra os links, que são decisivos para ter uma noção mais completa do assunto. Os links contém na maior parte das vezes mais informação e, frequentemente, informação mais dramática do que o texto da mensagem.

Em seguida telefone, envie fax e mande mensagens ao Ministério da Saúde e à Casa Civil da Presidência.

Mostre, com educação, mas com clareza, ao Ministério da Saúde e à Casa Civil da Presidência que o povo brasileiro compreende e acompanha com exatidão tudo o que o governo está fazendo e não está de acordo com a implantação do aborto no país. O aborto é o homicídio de um inocente e um atentado contra o mais elementar dos direitos humanos. Se o governo não entende isso, mostre que esta é a posição do povo e a Constituição afirma que as autoridades eleitas devem representar o povo. Peça em seguida:

(A) A DEMISSÃO IMEDIATA DA MINISTRA ELEONORA MENICUCCI DA SECRETARIA DAS MULHERES.

(B) A DEMISSÃO IMEDIATA DO SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, HELVÉCIO MAGALHÃES.

(C) O ROMPIMENTO IMEDIATO DOS CONVÊNIOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE COM O GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE O ABORTO NO BRASIL.

Explique à sua lista de contatos o que está acontecendo e peça que façam o mesmo.

Um genocídio de imensas proporções que irá alastrar-se pela América Latina está na sua dependência para que seja impedido.

Agradeço a todos pelo imenso bem que estão ajudando a promover. O problema transcende as fronteiras de qualquer país, já que faz parte de um plano conjunto pesadamente financiado por organizações internacionais que investem na promoção do aborto em todo o mundo, como poderão ver claramente nas páginas seguintes.

Tenham a certeza de que a participação de cada um é insubstituível e, juntos, iremos fazer a diferença.

Manteremos todos informados a respeito do desenrolar dos fatos.

LEIA A SEGUIR TODA A HISTÓRIA DO QUE ESTÁ POR TRÁS DO QUE ACONTECEU:

- 1. A origem do problema: o Partido dos Trabalhadores.**
- 2. O que está por trás (1): histórico do Atendimento Pós-Aborto.**
- 3. O que está por trás (2): histórico do Atendimento Pré-Aborto.**
- 4. Os planos do Governo.**

1. A ORIGEM DO PROBLEMA: O PARTIDO DOS TRABALHADORES.

O Partido dos Trabalhadores, através de seus representantes, está formalmente comprometido a nível internacional com a implantação do aborto no Brasil. O governo recebe recursos, pressão e assessoria de organizações internacionais para que possa cumprir esta meta. Basta analisar o histórico das principais atitudes tomadas pelo governo a este respeito para ver o envolvimento do partido com o aborto. Enquanto o PT estiver no governo, haverá uma trama após a outra para implantar o aborto no Brasil, quer o povo o queira, quer não o queira, e este empenho faz parte de uma estratégia internacional para implantá-lo em toda a América Latina.

Veja as principais etapas do percurso do governo brasileiro em relação à implantação da Cultura da Morte:

- 1. Em abril de 2005, o governo do presidente Lula comprometeu-se internacionalmente a legalizar o aborto, conforme consta no IIº Relatório do Brasil sobre o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU (nº 45).*
- 2. Em agosto de 2005, o governo do presidente Lula entregou ao Comitê da ONU para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) um documento no qual reconhece o aborto como Direito Humano da Mulher.*
- 3. Em setembro de 2005, através da Secretaria Especial de Política das Mulheres, através da Ministra Nilcéia Freire, que hoje ocupa o cargo de diretora da Fundação Ford para o Brasil, a principal patrocinadora do aborto no mundo, o governo do presidente Lula apresentou ao Congresso o substitutivo do PL 1135/91, como resultado de alguns meses de trabalho da Comissão Tripartite, diretamente assessorada por funcionários da ONU, no qual o aborto foi apresentado como direito e foi proposta a eliminação de todos os artigos do Código Penal que o criminalizam o aborto, com o que a prática, se o projeto tivesse sido aprovado, teria sido legalizada durante todos os nove meses da gravidez.*
- 4. Em setembro de 2006, no plano de governo do 2º mandato do Presidente Lula, este reafirmou o compromisso de legalizar o aborto,*
- 5. Em setembro de 2007, no seu IIIº Congresso, o PT assumiu a descriminalização do aborto e o atendimento de todos os casos no serviço público como programa de*

partido, sendo o primeiro partido no Brasil a assumir este programa. Nenhum congresso partidário até o momento revogou esta decisão.

6. *Em setembro de 2009, o PT puniu e praticamente expulsou dois deputados de seu quadro, os parlamentares Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por serem contrários à legalização do aborto, conforme consta claramente dos documentos da sentença. No site do PT encontrava-se um comunicado oficial em que podia ler-se: "**Por unanimidade, os membros do Diretório Nacional entenderam que os dois deputados infringiram a ética-partidária ao 'militarem' contra resolução do 3º Congresso Nacional do PT, a respeito da descriminalização do aborto**".*
7. *Em fevereiro de 2010, o IVº Congresso Nacional do PT manifestou apoio incondicional ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), decreto nº 7.037/09 de 21 de dezembro de 2009, assinado pelo presidente Lula e pela então ministra da Casa Civil, no qual se reafirmou a descriminalização do aborto, dando assim continuidade e levando às últimas conseqüências esta política infame e contrária à posição de praticamente todo o povo brasileiro.*
8. *Em junho de 2010, para impedir a investigação das origens do financiamento por parte de organizações internacionais para a legalização e a promoção do aborto no Brasil, o PT e as lideranças partidárias da base aliada boicotaram a criação da CPI do aborto que investigaria o assunto.*

Tudo isto foi corajosamente denunciado pelos bispos do Regional Sul 1 da CNBB durante as eleições de 2010 e o Partido dos Trabalhadores, em resposta, ordenou ilegalmente não só a apreensão do material que estava sendo veiculado a respeito, como também a prisão de todos os que o distribuam. Vários meses depois, em 2012, a Justiça Federal reconheceu que as denúncias eram infundadas e devolveu o material aos bispos.

Nenhuma destas acusações é imaginação, boato ou calúnia. As provas, fartamente documentadas e comentadas, podem ser encontradas no relatório disponível neste endereço:

[CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFESA DA VIDA NO BRASIL:
Relatório sobre COMO FOI PLANEJADA A INTRODUÇÃO DA CULTURA DA MORTE NO PAÍS
<http://www.votopelavida.com/defesavidabrasil.pdf>]

2. O QUE ESTÁ POR TRÁS DO PROJETO DO GOVERNO (1): HISTÓRICO DO ATENDIMENTO PÓS-ABORTO.

O poderoso lobby internacional para implantar o aborto no mundo originou-se no ano de 1952 quando o mega milionário John Rockefeller III fundou em Nova York o Conselho Populacional para promover o controle do crescimento demográfico em todo o mundo. Aos esforços do Conselho Populacional nos anos seguintes somou-se a Fundação Ford. As organizações Rockefeller e a Fundação Ford foram, durante vários anos, os pioneiros em promover o planejamento familiar e o aborto para fins de controle demográfico.

No final dos anos 60 e nos anos 70, John Rockefeller, diretamente e através de suas organizações, passou a exercer um pesado lobby junto ao governo federal americano para que este reconhecesse a questão do controle demográfico mundial como um problema de segurança interna dos Estados Unidos, do que resultou a elaboração do Relatório Kissinger que reconhecia a explosão demográfica mundial como um problema de segurança interna dos Estados Unidos e que jamais nenhum país conseguiu diminuir a taxa de crescimento populacional sem ter recorrido ao aborto e marcou a criação da divisão populacional da USAID que, durante cerca de uma década, gastou a fabulosa quantia de quase 2 bilhões de dólares da época para financiar o controle populacional mundial através da esterilização forçada, do uso de contraceptivos e também através do aborto, tanto o legal como o clandestino. Foi a USAID que financiou a pesquisa básica que culminou com a disseminação das modernas drogas abortivas, que eram vistas pelos diretores do organismo como uma **"nova penicilina que acabaria com a enfermidade da explosão populacional"**. A USAID também promoveu cursos e congressos internacionais sobre a prática de aborto para milhares de médicos provenientes de praticamente todos os países de todo o mundo, patrocinou a distribuição de centenas de milhares de aparelhos para procedimentos de aborto em mais de setenta países, na maioria dos quais o aborto não era legal, e implantou de redes de clínicas de abortos em vários deles. Veja um resumo das atividades da USAID em relação ao aborto durante este período neste link:

<http://www.documentosepesquisas.com/ravenholt.pdf>

Durante o governo Carter, uma forte reação popular resultou na votação da Emenda Helms, a qual proibiu a USAID de continuar promovendo o aborto e qualquer uso de verbas federais para o financiamento da prática do aborto tanto dentro como fora dos Estados Unidos. O diretor da divisão de população da USAID, Dr. Reimert Ravenholt, que recentemente publicou extensa documentação a este respeito (<http://www.ravenholt.com>) estimou que, desde 1968 até 1973, o trabalho da organização, graças ao seu extraordinário orçamento, havia impedido, em cerca de uma década, o nascimento de um bilhão de pessoas em todo o mundo. Impedidos de trabalhar pela Emenda Helms, os diretores da divisão de população da USAID viram-se obrigados a criar uma organização privada, a qual recebeu o nome de IPAS, para continuar a missão repentinamente interrompida pelo governo Carter. Desde o final dos anos 70, com a ajuda das fundações internacionais, o IPAS tornou-se um dos principais promotores internacionais do aborto legal e ilegal. Sediado na Carolina do Norte e com filiais em inúmeros países, inclusive no Brasil, o IPAS distribui equipamentos para a prática de abortos, assessora clínicas de aborto e promove cursos para médicos em procedimentos de aborto em todo o mundo. No Brasil o IPAS, em parceria com o governo federal, promove regularmente cursos sobre aborto na maioria das grandes maternidades e escolas de medicina. O governo brasileiro não somente apoia o trabalho do IPAS, como também segue suas recomendações e, em 9 de março de 2009, o Ministério da Saúde condecorou a organização com a entrega de uma placa de reconhecimento pela relevância dos serviços prestados à nação. Veja a reportagem a respeito publicada no boletim do IPAS:

<http://aads.org.br/revista/mar09.html>

O governo Reagan, que seguiu-se ao de Carter, durante a Conferência Internacional de População do México, em 1984, endureceu as medidas introduzidas pela Emenda Helms e proibiu, através do que ficou conhecido como a **"política da Cidade do México"**, que qualquer organização, nacional ou internacional, que trabalhasse com a promoção do aborto, pudesse receber verbas federais, mesmo que estas não se destinassem diretamente a práticas de aborto.

Vendo-se novamente tolhido, o IPAS reagiu e criou, em 1991, o conceito de "cuidados pós aborto" e, em 1993, juntamente com outras organizações, criou o Consórcio da Atenção Pós Aborto para educar os operadores da saúde em todo o mundo sobre as conseqüências do aborto inseguro e desenvolver os cuidados pós aborto como uma estratégia de saúde pública. A essência da questão era que os cursos que o IPAS ministrava e aparelhos que distribuía em todo o mundo podiam ser utilizados, utilizando as mesmas técnicas, não apenas para fazer um aborto, mas também para esvaziar o útero de restos placentários depois de um aborto mal feito. Em 2001 um memorando do governo americano estabeleceu que a política da Cidade do México não proibia o *"tratamento dos danos causados por abortos legais ou ilegais, inclusive a atenção pós aborto"*. Com isto o IPAS e seus inumeráveis parceiros poderiam continuar a ministrar cursos e distribuir seus equipamentos sem perder a ajuda financeira norte americana. Bastaria afirmar que os cursos e os equipamentos não se destinavam à prática do aborto, mas aos cuidados pós aborto.

[ORIGINS, EVOLUTION AND DIRECTION OF POST ABORTION CARE:
<http://www.guttmacher.org/pubs/journals/2910603.pdf>]

O IPAS começou a atuar no Brasil em 1993, introduzido através do trabalho da Fundação MacArthur, conforme consta na página 50 do relatório da MacArthur que expõe como foi usada, durante a década de 1990 em nosso país, a quantia de 36 milhões de dólares para promover o aborto e a sua legalização:

["LESSONS LEARNED": O RELATÓRIO SOBRE A PROMOÇÃO DO ABORTO
 NO BRASIL PELA FUNDAÇÃO MACARTHUR:
<http://www.votopelavida.com/macarthurlessonslearned.pdf>]

Sob a orientação direta do IPAS, uma organização que, desde a sua fundação nos Estados Unidos, no final dos anos 70, é apontada pela literatura especializada como uma das principais promotoras do aborto clandestino a nível internacional, o governo Lula publicou, em 2005, a infame Norma Técnica do Atendimento Humanizado ao Aborto Provocado. A Norma afirma pretender

"estabelecer e consolidar novos padrões culturais"

na classe médica brasileira, pelos quais os profissionais de saúde possam atender humanamente as mulheres que provocaram um aborto reconhecendo-lhes a

"dignidade, a autonomia e a autoridade moral e ética para decidir, dissociando valores individuais, - morais, éticos e religiosos -, da prática profissional".

Conforme o texto da *'Norma Técnica do Atendimento Humanizado ao Aborto Provocado'*,

"Com vistas a estabelecer e consolidar padrões culturais de atenção às mulheres, esta norma técnica é o reconhecimento do governo brasileiro à realidade de que as mulheres em processo de abortamento, espontâneo ou provocado, que procuram os serviços de saúde devem ser acolhidas, atendidas e tratadas com dignidade".

"A atenção humanizada às mulheres em abortamento pressupõe o respeito ao direito da mulher de decidir sobre as questões relacionadas ao seu corpo e à sua vida. Em todo caso de abortamento, a mulher deve ser respeitada na sua liberdade, dignidade, autonomia e autoridade moral e ética para decidir, afastando-se preconceitos, estereótipos e discriminações de qualquer natureza, e evitando-se que aspectos sociais, culturais, religiosos, morais ou outros interfiram na relação com a mulher. Esta prática não é fácil,

uma vez que muitos cursos de graduação e formação em serviço não têm propiciado dissociação entre os valores individuais (morais, éticos, religiosos) e a prática profissional".

"A mulher que chega ao serviço de saúde abortando pode ter sentimentos de culpa, auto-censura, de ser punida e de ser humilhada. O acolhimento é elemento importante para uma atenção de qualidade e humanizada às mulheres em situação de abortamento. Acolhimento é o tratamento digno e respeitoso, o respeito ao direito de decidir de mulheres e homens, assim como o acesso e a resolutividade da assistência".

"As mulheres em processo de abortamento, espontâneo ou provocado, não podem ser denunciadas pelos médicos, mas se procuram os serviços de saúde devem ser acolhidas, atendidas e tratadas com dignidade, reconhecendo-lhes a autoridade moral e ética para decidir".

<http://www.pesquisasedocumentos.com.br/atencaohumanizada.pdf>

O ministro da saúde que assinou a Norma Técnica, o Dr. Humberto Costa, um dos mais ferrenhos promotores do aborto no Brasil, era senador do PT pelo Estado de Pernambuco e posteriormente candidatou-se ao governo de seu estado.

É evidente que a Norma por ele assinada não é apenas um texto da área da saúde, mas um documento destinado a promover uma agenda política, servindo-se para tanto da classe médica e das próprias mulheres. Toda a Norma foi deliberadamente calculada, tanto pelo IPAS como pelo governo petista, para que, uma vez promulgada e chegada uma nova geração de médicos já educados sob a nova Norma Técnica, pudesse ser facilmente derrubada a tênue linha divisória entre estas afirmações e a aceitação de que o aborto é um direito humano da mulher, conforme o governo Lula reconheceu em 2005 na ONU junto à Comissão do CEDAW, e não um atentado contra o direito fundamental à vida e o assassinato de um inocente.

3. O QUE ESTÁ POR TRÁS DO PROJETO DO GOVERNO (2): HISTÓRICO DO ATENDIMENTO PRÉ-ABORTO.

Vimos que o IPAS criou o conceito do atendimento pós aborto, que se tornou, a partir de 1991, um dos mais importantes instrumentos para enganar governos e povos e promover o aborto aparentando estar apenas cumprindo a lei. A estratégia conduziu a resultados tão bons que as organizações Rockefeller, através do Conselho Populacional, resolveram completar a estratégia e acrescentar o conceito ao atendimento pré aborto.

O conceito de atendimento pré aborto começou a ser criado no Brasil através de um funcionário do Conselho Populacional, a organização criada em 1956 por John Rockefeller III e uma comunidade de 36 demógrafos para iniciar o lobby mundial pelo controlo populacional. Nos quadros do Conselho Populacional estão, desde os anos 70, dois famosos médicos brasileiros. Um deles era o ex-deputado Aristodemo Pinotti, ex reitor da Unicamp e presidente da FIGO (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia), que também desde os anos 70 era membro da diretoria do Population Council. O outro é o Dr. Aníbal Faúndes, professor de obstetrícia na Unicamp, que também foi,

segundo relatório apresentado pela Fundação MacArthur, em conjunto com a atual Senadora Marta Suplicy, um dos principais assessores da Fundação para a implantação do projeto de 36 milhões de dólares que, na década de 90, deveria conduzir o Brasil à legalização do aborto. Confira estes dados na página 7 do relatório da MacArthur:

["LESSONS LEARNED": O RELATÓRIO SOBRE A PROMOÇÃO DO ABORTO
NO BRASIL PELA FUNDAÇÃO MACARTHUR:
<http://www.votopelavida.com/macarthurlessonslearned.pdf>]

Nos início dos anos 90 o Dr. Aníbal Faúndes causou sensação na imprensa brasileira por ter declarado que ele, como professor da Unicamp, ensinava as gestantes a praticarem elas mesmas o aborto. No dia 16 de junho de 1994, o Dr. Aníbal Faúndes, professor de obstetrícia na Universidade de Campinas no Brasil, declarou ao jornal Folha de São Paulo que ele

"ensinava às mulheres como usar remédios abortivos para praticarem elas mesmas um aborto. 'É melhor que elas saibam fazer bem um aborto', dizia o médico, 'do que perfurem o útero'".

No final da matéria, a repórter perguntou ao médico: *"Posso publicar isso?"*. Dr. Faúndes respondeu, referindo-se a isto e a outras práticas de aborto ilegal:

"Publica. Eu quero que publique".

[Folha de São Paulo 16-06-1994]

O Ministério Público, na época, chegou a iniciar uma investigação sobre as declarações de Faúndes, para posteriormente arquivar o processo.

Mas logo em seguida, entre 2001 e 2003, Aníbal Faúndes levou a idéia desenvolvida por ele em Campinas para iniciar um projeto mais ambicioso no Uruguai. A declaração de sua paternidade do projeto Uruguai foi dada ao jornal O GLOBO em 1 de junho de 2007, mas no Uruguai todos sabem disso. O que não saiu na imprensa, mas é bem documentado, é que Faúndes levou a mesma idéia, para ser implementada a nível internacional, também ao Conselho Populacional, da qual ele é membro e às organizações Rockefeller.

<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/06/01/296000279.asp>

No Uruguai, sob a orientação de Faúndes, no dia 8 de março de 2002, dia internacional da mulher, uma equipe de médicos do Hospital Pereira Rossell, a principal maternidade do Uruguai, liderada pelo médico Dr. Leonel Briozzo, apresentou uma proposta ao Ministério da Saúde do Uruguai para que fosse aprovado um protocolo que previa a obrigatoriedade de que todos os médicos do país orientassem as mulheres decididas a abortar sobre o modo correto de provocar um aborto sem riscos, prescrevendo antibióticos a partir de 24 horas antes do momento do aborto e garantindo que, assim que se iniciasse a hemorragia, a gestante seria tratada sob sigilo médico, segundo os protocolos já consolidados pelo IPAS de atenção pós aborto. Segundo o protocolo uruguai, que desta vez incluiria tanto os cuidados pré-aborto como os pós-aborto, os médicos somente não poderiam fazer eles mesmos o aborto nem indicar onde poderiam ser obtidas as drogas para provocá-lo.

Os primeiros dois Ministros da Saúde uruguaios que receberam a proposta de protocolo não se pronunciaram a respeito, mas a equipe do Hospital Pereira Rossell, assessorados por seus advogados,

informou que iriam iniciar eles mesmos a prática de qualquer modo, independentemente da aprovação do protocolo pelo Ministério. Finalmente, em 6 de agosto de 2004, logo após o Senado haver rejeitado em maio por 17 a 13 a aprovação de uma lei que legalizaria o aborto no Uruguai, o novo Ministro da Saúde, Dr. Conrado Bonilla, aprovou o protocolo do Hospital Pereira Rossell, transformando-o em obrigatório para todo o Uruguai.

Conforme foi noticiado na época pelo jornal argentino conhecido como PÁGINA 12,

"Em um fato sem precedentes na região, o governo do Uruguai publicou uma resolução que obriga os médicos do setor público e privado a oferecer assessoria às mulheres que decidam interromper sua gravidez, apesar de que o aborto ali é ilegal. A Norma inclui a administração preventiva de antibióticos desde as 24 horas antes do suposto momento na qual a paciente poderia decidir realizar a intervenção. A idéia é gerar um ambiente de confiança entre o médico e a mulher que decide interromper a gravidez e indicar-lhe que, assim que o tiver feito, já no primeiro sangramento se apresente ao hospital".

<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-39616-2004-08-13.html>

Apesar da norma do Ministério aplicar-se a todos os médicos uruguaios, o Dr. Leonel Briozzo e seus colegas afirmaram várias vezes que tanto ele como sua equipe não desejavam impor por meios judiciais a norma aos seus colegas. Talvez uma maneira delicada de dizer que haveria um prazo de carência, até que houvesse clima político para fazer valer a exigência. Vale lembrar que na Europa, onde o aborto é livre em praticamente todos os países, a grade tema em discussão é a abolição do direito à objeção de consciência para os médicos que se recusam a praticar abortos. No momento, em vez de forçarem pela justiça os médicos a cumprirem a norma, Briozzo e seus colegas conseguiram um financiamento da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, da qual o Dr. Aníbal Faúndes era presidente do Comitê de Direitos Sexuais e Reprodutivos, para capacitar os médicos de todo o Uruguai a cumprir a nova normatização, iniciando pelas diversas policlínicas de Montevideu e estendendo-se progressivamente para o interior do país.

Conforme anunciou o Dr. Justo Alonso diante do Senado Uruguaio:

"Conseguimos fundos da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, que nos forneceu a oportunidade de levar adiante ações de capacitação para os profissionais da saúde, especificamente os ginecologistas, as parteiras e os médicos de nível primário. Estamos em pleno processo de desenvolvimento junto ao pessoal de atenção primária na saúde, para que reconheçam toda esta metodologia de trabalho que privilegia a confidencialidade e a informação acima de todas as coisas. Graças à ajuda da FIGO, já estamos dando o primeiro passo, que consiste na recapacitação dos profissionais da saúde de todo o país".

[Audiência no Senado 31 de julho de 2007:

<http://www.parlamento.gub.uy/distribuidos/AccesoDistribuidos.asp?Url=/distribuidos/contenido/senado/s20071855.htm>]

E o mesmo também afirmou em outra audiência, o próprio Dr. Leonel Briozzo:

"Estamos conseguindo mudar a mentalidade dos médicos, das enfermeiras, das assistentes sociais e dos agentes de saúde em seu sentido amplo. A modificação legal por si mesma não garante as mudanças de condutas sanitárias, como está acontecendo no

México e em Portugal, onde está havendo uma epidemia de objeções de consciência. Não há motivo para invocar objeção de consciência se assessoramos a própria mulher sobre como pode ela mesmo realizar um aborto. Estamos assim prevenindo epidemias de objeção de consciência. Para nós, o fundamental é trabalhar com os estudantes de Medicina, porque tem uma mente mais maleável e uma visão que os mais veteranos talvez não consigam ter".

[Audiência no Senado de 21 de agosto de 2007:

<http://www.parlamento.gub.uy/distribuidos/AccesoDistribuidos.asp?Url=/distribuidos/contenido/senado/s20071894.htm>]

Quando aprovada em 2004 pelo Ministério da Saúde, a norma afirmava que um de seus "*objetivos específicos*" consistia em "*diminuir o número de abortos provocados*". Mas bastaram poucos meses para que os próprios executores do protocolo reconhecessem que não havia qualquer abaixamento do número de abortos. Quando foi divulgada a notícia da aprovação da Norma em agosto de 2004, o Dr. Leonel Briozzo afirmou que metade das pacientes que vinham procurar o serviço de aconselhamento, metade desistiam do aborto. Alguns meses depois, reconheciam que a desistência era nula. O motivo alegado pelos médicos era de que seria impossível convencer uma mulher que deseja fazer aborto a mudar de opinião. O motivo verdadeiro é que a equipe de médicos que utiliza o protocolo é a favor do aborto e está ali apenas para ensinar a abortar, não para oferecer alternativas. Pessoas que procuraram o serviço e que depois, vítimas da síndrome pós aborto, procuraram os serviços dos grupos pro vida do Uruguai especializados em aconselhamento pós aborto, afirmaram que, ao serem atendidas pela equipe do Hospital Pereira Rossel foram simplesmente apenas informadas sobre como abortar com facilidade.

No dia em que foi aprovada a Norma pelo Ministério, o Dr. Briozzo declarou à imprensa:

"De cada dez pacientes que têm dúvidas sobre que decisão tomar, cinco continuam com a gravidez e outras cinco realizam o aborto. A experiência mostra que quando retiramos o véu do terror da gravidez indesejada e falamos abertamente a respeito, diminui a porcentagem de abortos".

<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-39616-2004-08-13.html>

Mas em abril de 2005 o Dr. Briozzo já declara que, à diferença do afirmado em agosto do ano anterior, entre 500 mulheres que consultaram o serviço, mais de 90% usaram medicamentos para interromper a gestação e dos restantes 10% não se sabia o que haviam feito. Na mesma entrevista o Dr. Briozzo já afirmava à Rádio El Espectador que era uma "*hipocrisia brutal*" para com as mulheres que os médicos pudessem explicar como elas pudessem abortar mas não pudessem receitar os próprios abortivos e tivessem que limitar-se apenas a ensinar como utilizá-los. Durante a entrevista declarou também que estava sendo constituída uma nova comissão no Hospital Pereira Rossell para elaborar um outro protocolo a ser enviado ao Ministério da Saúde que incluísse a prescrição da medicação abortiva por parte dos médicos.

<http://www.espectador.com/nota.php?idNota=40265>

Até o momento o Ministério ainda não aprovou que os médicos uruguaios prescrevam remédios abortivos para as mulheres que queiram abortar, mas a televisão uruguaia exibiu, em horário nobre no ano de 2007, uma reportagem sobre o serviço de aconselhamento do Hospital Pereira Rossell em que eram entrevistadas diretamente da sala de espera do hospital pessoas que ali mesmo vendiam as mesmas drogas abortivas cuja forma de usar os médicos estavam ensinando às gestantes. Várias

peças no Uruguai possuem esta reportagem gravada em VHS. E no dia 31 de julho de 2007 o Dr. Justo Alonso voltava a declarar em audiência no Senado uruguaio que mais de 90% das mulheres que se utilizam do serviço acabavam praticando o aborto.

[Audiência no Senado 31 de julho de 2007:

<http://www.parlamento.gub.uy/distribuidos/AccesoDistribuidos.asp?Url=/distribuidos/contenido/senado/s20071855.htm>]

A experiência de centenas de médicos a favor da vida mostra que, uma vez que uma mulher procure um médico para pedir-lhe orientação sobre como abortar, é muitíssimo fácil, na maioria dos casos, que o médico consiga demovê-la desta intenção e que, posteriormente estas mulheres tornam-se permanentemente gratas aos profissionais que assim as ajudaram.

Conforme afirmou em audiência pública no Senado uruguaio uma das lideranças dos grupos a favor da vida no país,

"Um dos objetivos do serviço de aconselhamento do Hospital Pereira Rossell foi definido como sendo a diminuição da prática dos abortos provocados, respeitando sempre a decisão informada da usuária. O protocolo afirma também: 'trata-se, em síntese, de desestimular a prática do aborto provocado e, quando isto não for possível, diminuir os riscos que esta prática implica'. Mas atualmente 90% das mulheres que chegam ao Pereira Rossell terminam abortando e do restante 10% não se sabe por que não volta. Então simplesmente este objetivo não está sendo cumprido".

[Audiência de 11 de Setembro 2007:

<http://www.parlamento.gub.uy/distribuidos/AccesoDistribuidos.asp?Url=/distribuidos/contenido/senado/s20071961.htm>]

O simples fato de que mais de 90% das mulheres que buscam o serviço sobre o aborto não desistam da prática e que não haja um único registro de uma mulher que tenha desistido de abortar movida pelo aconselhamento oferecido, é uma prova evidente que estes serviços, ao contrário do que se afirmou inicialmente, não haviam sido criados para diminuir o número de abortos, mas foram deliberadamente implantados, de caso pensado, para incentivar a prática do aborto, não somente junto às mulheres, mas também junto à classe médica. É o que veremos documentado pelas próprias conferências internas das organizações que estão promovendo este tipo de iniciativa.

Ao mesmo tempo, para implementar o protocolo a nível internacional, estavam sendo tomadas outras medidas de grande alcance.

Enquanto Aníbal Faúndes orientava os médicos do Uruguai, uma de suas colegas no Conselho Populacional, a médica Beverly Winikoff, que havia sido desde 1978 Diretora de Saúde Reprodutiva do Conselho Populacional, abandonou em 2003 a entidade para fundar uma ONG chamada Gynuity e poder dedicar-se inteiramente, com o apoio do grupo, à difusão da prática do aborto por meio de medicamentos nos países em desenvolvimento onde o aborto ainda não é legal.

Hoje a principal função da Gynuity é, segundo suas palavras,

"Reconhecendo a dignidade e a autonomia de cada mulher, desenvolver a pesquisa e oferecer treinamento a organizações internacionais na implantação do aborto seguro por meio de medicamentos principalmente em regiões onde esta forma de aborto é sub-oferecida".

<http://www.gynuity.org/index.html>

Em novembro de 2004, com o apoio do Centro Rockefeller de Estudos localizado em Bellagio no Lago de Como, na Itália, a Dra. Winikoff e uma vasta equipe se reuniram para definir as estratégias para a implantação de serviços de aborto seguro em países em desenvolvimento. Em Bellagio, na Itália, encontra-se o centro nevrálgico da Fundação Rockefeller onde são concebidas e se desenvolvem as iniciativas a favor do aborto legal no mundo quando estas devem ser executadas simultaneamente em conjunto com outras organizações que não pertencem ao grupo. Em caso contrário as estratégias costumam ser desenhadas o mais das vezes nos próprios Estados Unidos. Uma destas estratégias multi-organizacionais foi o constante trabalho de Winikoff sobre o aborto por meio de medicamentos que logo plasmou-se em uma reunião entre os dias 1 e 5 de novembro de 2004 em Bellagio. Nela participaram funcionários da Organização Mundial da Saúde, do IPAS e da Gynuity com o objetivo de estabelecer um consenso internacional sobre o aborto por meio de medicamentos. Previamente já se haviam trabalhado todos estes temas e esta reunião foi somente a apresentação do projeto.

<http://www.lapop.org/content/view/157/22/>

Em agosto de 2005 o Conselho Populacional, a principal entre as organizações Rockefeller que se dedicam à promoção do aborto e do controle populacional, juntamente com a Gynuity, a IPPF e as Católicas pelo Direito de Decidir realizou um congresso na Cidade do México sobre "os desafios do aborto inseguro na América Latina" com a presença de mais de 70 participantes do México, Brasil e Perú onde, além da discussão sobre as estratégias para aumentar o acesso aos serviços de aborto seguro na região, a Gynuity apresentou um painel com uma

"revisão da experiência obtida em mais de 10.000 abortos por meio de medicamentos em uma clínica clandestina da América Latina".

O encontro terminou com a decisão de criar um Consórcio Latino Americano contra o Aborto Inseguro.

http://www.gynuity.org/popup_Meet_Panel.html

Mas o apoio à iniciativa de disseminar internacionalmente as informações sobre como as mulheres podem elas mesmas provocar aborto em si mesmas com a ajuda médica não se limitou à decisão de estabelecer o consórcio latino americano. Em 2005, no mesmo ano em que foi tomada esta decisão, o governo britânico, ao qual logo em seguida se somaram o governo da Dinamarca, Suécia, Noruega e Suíça, constituíram um fundo internacional conhecido como SAAF (Safe Abortion Action Fund), para financiar projetos de implantação de abortos seguros em países em desenvolvimento. Aqui entende-se por aborto seguro o aconselhamento médico para que as mulheres possam elas mesmas abortarem. Para gerenciar a aplicação do fundo foi chamada a multinacional do aborto IPPF, proprietária nos Estados Unidos de uma rede constituída por mais de 20% de todas as clínicas de abortos daquele país. À IPPF caberia gerenciar, com o dinheiro do fundo, o financiamento de projetos de implantação de serviços de aborto seguro no valor de até 300 mil dólares bianuais em países em desenvolvimento.

<http://www.documentosepesquisas.com/saaf.pdf>

<http://www.ippf.org/en/What-we-do/Abortion/SAAF+main.htm>

O *Consortio Latino Americano contra o Aborto Inseguro* (CLACAI) foi finalmente fundado em maio de 2006 no Perú. Estavam presentes 50 participantes de 13 países da região entre ***“provedores de***

abortos” (clandestinos, sem dúvida, porque em toda a América Latina o aborto é ilegal, mas é exatamente assim que está descrito nos documentos da fundação), grupos de pesquisadores e organizações feministas para estruturar a organização e planejar ações para aumentar o acesso ao aborto por meio de medicamentos na região.

http://www.gynuity.org/popup_Meet_Panel.html

Entre os integrantes do Consórcio Latino Americano contra o Aborto Inseguro fundado no Perú estão o Conselho Populacional das organizações Rockefeller, o IPAS dos Estados Unidos, da Bolívia, do Brasil e do México, as Católicas pelo Direito de Decidir, a Gynuity, a IPPF e, representando o Uruguai, um dos países com maior número de representantes, figuram entre outros, a própria Universidade da República do Uruguai e, através do Sindicato Médico do Uruguai, a ONG fundada pelo Dr. Leonel Briozzo dentro do Hospital Pereira Rossell. Note que, apesar do aborto ser ilegal em toda a América Latina, o objetivo do Consórcio, fundado sob a liderança do Conselho Populacional do grupo Rockefeller, não é apenas o assessoramento das mulheres sobre o uso dos medicamentos abortivos, mas o próprio fornecimento dos serviços e das drogas para realizarem o aborto.

http://www.clacai.org/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=28

Em março de 2007, a pedido da IPPF, Gynuity reuniu, em uma Conferência realizada em Londres, lideranças de vários países da América Latina, entre os quais Brasil, Colômbia, México e Perú para discutir as possíveis estratégias para introduzir o aborto seguro por meio de medicamentos na região.

http://www.gynuity.org/popup_Meet_Panel.html

Representando o Brasil na Conferência de Londres estava o Dr. Aníbal Faúndes que mostrou em sua apresentação que o ultra som, ao mostrar aos médicos

"um feto com traços pessoais demasiadamente individualizados",

juntamente com a

"tradição de defender e proteger a vida do feto",

têm causado constrangimentos no Brasil para a realização de abortos durante o segundo trimestre da gravidez. Segundo o Dr. Aníbal Faúndes, uma das vantagens da nova tecnologia que se utiliza de drogas abortivas, consiste em favorecer

"uma abordagem mais positiva para com o aborto"

no segundo trimestre da gestação, já que,

"após o terceiro mês da gestação é mais fácil para o médico assinar uma receita do que fazer ele próprio a extração cirúrgica do feto".

http://www.medicalabortionconsortium.org/docs/annibal_fundes_providing_second_trimester_abortion_icma_conference.pdf

Esta conferência realizada pelo Dr. Aníbal Faúndes, um dos idealizadores do programa de aconselhamento do aborto no Uruguai, mostra claramente que o objetivo do programa não é o de

diminuir o número de abortos. O Dr. Faúndes mostra, nesta apresentação, que existe um grande constrangimento entre os médicos brasileiros para praticarem o aborto no segundo trimestre da gravidez, e que o sistema de aconselhamento e de ensino do uso dos novos medicamentos abortivos, dispensando o médico de provocar ele mesmo o aborto, poderia aumentar o número de médicos dispostos a orientar a prática do aborto em gestações do quarto ao sexto mês.

A iniciativa do governo Dilma de implantar uma rede de aconselhamento na prática do aborto no Brasil, não é novidade no país. O Dr. Aníbal Faúndes já havia tentado, em 2007, sem sucesso, implantar o sistema em Campinas.

No dia 18 de maio de 2007, logo após a formação do Fundo de Ação para Ações pelo Aborto Seguro, a IPPF anunciou que o Fundo, através de uma comissão de 14 especialistas em aborto, havia decidido liberar 11 milhões de dólares em verbas para o financiamento de 45 projetos de 32 países para a implantação de programas de aborto seguro.

<http://www.ippf.org/en/What-we-do/Abortion/Safe+Abortion+Action+Fund+awards+111m+to+reduce+unsafe+abortion.htm>

Imediatamente, na semana seguinte, segundo matéria publicada pelo jornal brasileiro O Estado de São Paulo, a filial da IPPF no Brasil, conhecida como Bemfam, em conjunto com o Dr. Aníbal Faúndes, anunciaram

"estarem iniciando em Campinas no Brasil um projeto para orientar as mulheres interessadas em interromper uma gravidez sobre os métodos existentes para tanto. 'Não vamos incentivar o aborto, vamos apenas orientar as mulheres para que optem pelo mais seguro', justificou o secretário-executivo da BEMFAM. 'Se a mulher está convicta, o mínimo que podemos fazer é informá-la'."

É o mesmo projeto que agora o governo Dilma está querendo implantar através do Ministério da Saúde.

O projeto brasileiro, que contaria com os Fundos do SAAF e da Comunidade Européia, continuava o texto, assim como também está sendo anunciado pelo projeto do governo Dilma, é inspirado na experiência do Uruguai, que é impulsionado e tem origem nas organizações Rockefeller. Em 2007 Aníbal Faúndes declarava ao Estado de São Paulo:

"O projeto é inspirado na experiência de um hospital público do Uruguai, responsável por 20% dos partos naquele país. Integrantes do projeto brasileiro vão em junho ao Uruguai receber treinamento. No Brasil, o aconselhamento será ofertado em 15 unidades públicas de saúde, todas na cidade de Campinas. A meta é atender 3 mil mulheres, num prazo de dez meses. O projeto recebeu o financiamento de us\$ 150 mil da federação internacional de planejamento familiar (IPPF). De acordo com Aníbal Faúndes, um dos responsáveis pelo projeto, o objetivo é reduzir os danos por abortos incompletos e também o número de tentativas de interromper a gravidez".

<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/05/31/ger-1.93.7.20070531.1.1.xml>

Segundo publicou dois dias depois o portal Terra,

"A idéia é do Dr. Aníbal Faúndes, professor aposentado de obstetrícia da UNICAMP, que é também coordenador do Grupo de Trabalho sobre Aborto Inseguro da FIGO (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia), que foi um dos que ajudaram a implantar o sistema em Montevideu, capital uruguaia, e, aos 76 anos, assessora os colegas vizinhos na expansão do programa para todo o país. Pela idéia do obstetra, já implantada no Uruguai, haverá uma orientação à gravidez, e não ao aborto. Quando se sabe que uma paciente pretende praticá-lo, ela é convocada a fazer uma consulta. Então recebe informações sobre alternativas, como a adoção, ou auxílio para criação do filho. E também retruca as acusações de que a orientação incentivaria o aborto e estaria fazendo apologia de uma prática criminosa. Ele afirma ter tomado o cuidado de consultar o juiz José Henrique Torres sobre a legalidade da questão. Conta que ele não só gostou da idéia como achou que precisava ser implantada em todo o Brasil".

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1661017-EI6582,00.html>

Ao jornal *O Globo* Aníbal Faúndes afirmou:

"Assumo inteira responsabilidade pelo projeto. Ele ainda não foi implantado na rede pública de saúde de Campinas, mas se vier a ser, o projeto poderá salvar muitas vidas. No Uruguai ajudei a implantar projeto semelhante, de 2001 a 2003. E queremos fazer o mesmo em Campinas com o projeto piloto".

<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/06/01/296000279.asp>

O projeto de Campinas, em 2007 não foi adiante por causa das denúncias, nacionais e internacionais, dos movimentos em favor da vida que revelaram toda a desonestidade do projeto e suas ramificações internacionais.

O Population Research Institute publicou na época uma extensa matéria que obrigou o Ministério Público a impedir o início das atividades do programa. Intitulado *"Violar a Lei para Mudar a Lei"*, o artigo dizia:

"Campinas, cidade a pouco mais de 90 quilômetros ao norte de São Paulo, virou centro de atenção mundial por um polêmico projeto que ensinaria as mulheres a abortar, inclusive contra a lei.

Colocando de lado qualquer discussão ou projeto de lei pendente no congresso para uma possível despenalização do aborto, o que está sendo proposto é uma ação direta para subverter a legislação brasileira. Não se trataria de mudar as leis para depois fazer abortos. Tratar-se-ia de fazer abortos para mudar depois as leis. O processo se iniciaria com um 'serviço de aconselhamento' para obter uma norma administrativa-técnica (tal como se fez no Uruguai) e finalmente afetar leis de maior alcance.

Com um financiamento de 150.000 dólares da IPPF, o projeto de Campinas está dirigido a implementar um serviço de aconselhamento em 15 centros públicos de saúde em toda a cidade. Também anunciaram na imprensa que teriam como meta atender a interrupção da gravidez de 3.000 mulheres em um primeiro prazo de 10 meses.

O secretário executivo e porta-voz da BEMFAM, filial brasileira da IPPF, Ney Costa, explicou que o projeto em questão

‘somente procura ajudar às mulheres que têm uma gravidez não desejada’.

‘Não vamos incentivar o aborto, só vamos orientar mulheres para que optem pelo mais seguro’,

disse Costa.

E adicionou:

‘se uma mulher está decidida, o mínimo que podemos fazer é informá-la’.

Conhecer o pensamento e a trajetória de Aníbal Faúndes nos permite entender que de jeito nenhum se trata de ajudar às mulheres a conservar suas crianças senão apenas a organizar uma forma mais efetiva de eliminá-las burlando a lei: "se não mudarem as leis, não interessa. Atuemos como se não existissem".

A trajetória de Aníbal Faúndes a favor da legalização do aborto na América Latina é ampla e não foi pouco o apoio que recebeu para obtê-lo. Trata-se de um dos maiores promotores da legalização do aborto na América Latina.

Entretanto, apresenta-se a si mesmo como um defensor do ‘direito a escolher’ ou do ‘direito à informação’ das mulheres. No Peru há uma frase que se usa para referir-se a este tipo de ‘defensores’: ‘Não me defenda, compadre’.

Um dado interessante é que Faúndes também foi um dos gestores do serviço de abortos no Uruguai. Tudo indica que a escolha de Campinas não tem nada de casualidade. Se trataria de levar até outras dimensões o que se fez pontual e impunemente no Uruguai. Campinas é uma cidade com 2 milhões de habitantes e ofereceria à IPPF um know-how de como ter um serviço de aborto legal na América Latina sem passar pelo Congresso para reformar as leis.

<http://www.documentosepesquisas.com/lapopcampinas.pdf>

4. OS PLANOS DO GOVERNO.

Os funcionários do governo brasileiro que estão elaborando o novo sistema de aconselhamento para aborto no Brasil sabem exatamente o que estão fazendo.

Eles não querem implantar um sistema de redução de danos, nem diminuir o número de abortos no país, mas burlar a lei para mudar a lei.

O fato do Ministério da Saúde estar decidido a elaborar uma cartilha que ensina as mulheres brasileiras a praticarem o aborto em menos de um mês é uma evidência de que o governo Dilma, ao contrário do que havia prometido, está sim comprometido a legalizar o aborto no Brasil e está trabalhando para isto.

Isto já havia ficado evidente quando a presidente indicou a professora Elonora Menicucci para assumir a Secretaria da Política das Mulheres. A nova ministra imediatamente tratou de fazer uma apologia ao aborto. Segundo depoimento prestado à Folha de São Paulo,

"Menicucci integra o Grupo de Estudos sobre o Aborto e já relatou ter se submetido à prática duas vezes. Ontem, afirmou à Folha que levará sua convicção e sua militância na causa para o governo: "Minha luta pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e a minha luta para que nenhuma mulher neste país morra por morte materna só me fortalece", disse.

Menicucci afirmou ainda na mesma reportagem que, apesar de casada, era bissexual e que relacionava-se

"com homens e mulheres e tenho muito orgulho de minha filha, que é gay e teve uma filha por inseminação artificial."

Alguns dias depois O Estado de São Paulo publicava uma matéria em que a Ministra afirmava ter participado de um ***"treinamento de aborto"*** na Colômbia com uma ONG brasileira. Segundo a ministra, que à época era docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), um grupo do *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde* viajou ao país vizinho, em data não especificada, para aprender a fazer o procedimento ***"com sucção"***:

"A gente aprendia a fazer aborto com aspiração. (...) Porque a nossa perspectiva no coletivo (era que as pessoas se) auto-capacitassem, e que pessoas não-médicas podiam lidar com o aborto", afirmou eleonora na entrevista à professora de história social joana maria pedro, no dia 14 de outubro de 2004. O texto foi divulgado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, em seu blog no site da revista VEJA. A transcrição está disponível no site da UFSC".

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-2004-ministra-admitiu-ter-feito-treinamento-de-aborto,835362,0.htm?p=1>

Os médicos que estão trabalhando na confecção do programa de aconselhamento também não deixam dúvidas sobre que sabem bem o que estão fazendo.

O Diário Oficial da União mostra que a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde enviou no final de setembro de 2011, o ***Sr. Dario Frederico Pasche***, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, e a ***Sra. Maria Esther de Albuquerque Vilela***, Gerente de Projeto do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, ao Uruguai para uma visita técnica de vários dias ao programa local Aconselhamento de Abortos.

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=31&data=05/10/2011>

Em seguida, em meados de outubro de 2011, a mesma secretaria enviou a **Sra. Vanusa Baeta Figueiredo Peres**, também do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, para uma viagem de vários dias à Cidade do México para participar de uma

"reunião sobre estratégias e processos em andamento para melhorar o acesso a medicamentos para a diminuição do aborto inseguro, promovida pelo Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro (CLACAI)".

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=51&data=14/10/2011>

Além do Dr. Aníbal Faúndes, que aparece nas matérias do Estado de São Paulo e da Folha, integra o grupo que irá reunir-se na segunda feira dia 11 de junho para preparar a cartilha que irá ensinar as mulheres a abortar o Dr. Thomas Gollop.

Dr. Gollop é coordenador do Grupo de Estudos sobre o Aborto, do qual também faz parte a Ministra Menicucci, é o mesmo que havia sido contratado no final do governo Lula, já eleita a candidata Dilma Rousseff, conforme afirma o Diário Oficial, para um programa de

"ESTUDO E PESQUISA - DESPENALIZAR O ABORTO NO BRASIL".

O registro do contrato, assinalado pelo Diário Oficial, pode ser encontrado no link abaixo. Assinam o contrato o Ministério da Saúde, como contratante, e o Dr. Paulo Ernani Gadelha Vieira, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, como prestadora do serviço.

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=88&data=04/10/2010>

O Diário Oficial da União registra, já durante o governo Dilma, a assinatura de mais três contratos para **"ESTUDAR O ABORTO NO BRASIL"**, desta vez afirmando apenas vagamente que a finalidade do acordo é **"o fortalecimento do Sistema Único de Saúde"**. Mas nos três contratos o assinante da prestação de serviços é a mesma pessoa do contrato anterior para a despenalização do aborto, o Dr. Paulo Ernani Gadelha Vieira, atual presidente da Fundação Oswaldo Cruz, ou seu presidente interino, nas prorrogações.

Os três contratos para Estudos do Aborto, conveniados entre o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz, supostamente para **"fortalecer o Sistema Único de Saúde"**, estão nos seguintes endereços:

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=158&data=23/12/2010>

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=125&data=22/12/2011>

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=121&data=09/01/2012>

O Dr. Gollop, coordenador do Grupo de Estudos sobre o Aborto, que, segundo o jornal O Estado de São Paulo, na prática foi o principal executor do contrato de 4 de outubro de 2010, se não dos restantes, é um dos principais promotores do aborto no Brasil. Foi ele que, valendo-se de sua situação privilegiada como professor em uma das principais escolas de Medicina do país, iniciou nos anos 90 um movimento entre os médicos, orientando-os a nunca perderem a oportunidade de, ao se depararem com o diagnóstico de um feto anencefálico, encaminharem a gestante para obter um alvará para a realização do aborto. Mais do que ajudar a gestante a abortar, o que muitas vezes poderia ser feito sem

isso, o maior interesse que havia era o de criar precedentes legais que pudessem levar, mais tarde, à completa legalização do aborto no Brasil. O Dr. Thomas Gollop desafiou diversas vezes a Justiça, declarando para o público e para a imprensa em geral ter praticado outros abortos de nascituros defeituosos sem ter recorrido à autorização judicial, inclusive em conferências na própria sede do Conselho Federal de Medicina, a qual supostamente deveria tomar providências legais ao tomar ciência do assunto caso. A partir do trabalho iniciado pelo Dr. Thomas Gollop iniciou-se no Brasil uma febre de busca de alvarás para o aborto de anencéfalos. Dr. Gollop também assessorou ativamente a Comissão Tripartite que redigiu, em 2005, a pedido do governo Lula, o substitutivo do PL 1135/91 que, se aprovado, descriminalizaria o aborto durante os nove meses da gravidez no Brasil.

Quando o governo contrata profissionais com perfis semelhantes para elaborar uma cartilha e serviços de aconselhamento para ensinar as gestantes a abortar, quem será suficientemente idiota para não entender que o que se pretende é, *deliberadamente e de caso pensado*, promover a legalização do aborto no país?

O relatório apresentado pelas Comissões em Defesa da Vida em 2009 já havia anunciado com antecedência que o governo já tencionava, desde aquela data, elaborar uma nova norma técnica sobre o Aborto Inseguro no Brasil:

"Além de uma nova Norma Técnica sobre os serviços de aborto em casos de estupro, o governo também está preparando, para publicação, uma nova Norma Técnica sobre o Aborto Inseguro, que pretende obrigar os médicos, sob a aparência de uma política de redução de danos, a ensinar as mulheres que pretendem abortar como podem elas mesmas provocá-lo sendo que, uma vez iniciado o qual, a norma do atendimento humanizado ao aborto provocado de 2005 já exige que as mulheres

"em processo de abortamento, espontâneo ou provocado, não podem ser denunciadas pelos médicos, mas se procuram os serviços de saúde devem ser acolhidas, atendidas e tratadas com dignidade, reconhecendo-lhes a autoridade moral e ética para decidir".

As Organizações Rockefeller, através de várias ONGs recém-criadas neste princípio de século, estão desenvolvendo suporte e treinando profissionais da área da saúde de diversos países latino-americanos para promoverem este tipo de atendimento. Uma vez que o médico está proibido pela legislação de praticar um aborto, mas uma mulher lhe declare que irá praticá-lo, ele será obrigado a ensinar-lhe com detalhes sobre como proceder para realizá-lo com segurança e, uma vez iniciado o procedimento, comprometer-se a atendê-la humanamente em algum estabelecimento de saúde, sob pena de responder por quaisquer danos que um aborto praticado de modo inseguro possa vir a acarretar à mulher. A norma já está em fase de implantação no Uruguai, onde no momento as autoridades da saúde afirmam que, apesar de obrigatória para todos os médicos da rede pública e privada, os profissionais que não concordarem não serão perseguidos, mas chamados a um amplo diálogo.

No Brasil, o médico Aníbal Faúdes, ex-professor de obstetrícia da UNICAMP, mas ainda funcionário, desde 1977, do Population Council de Nova York, a entidade das Organizações Rockefeller que desencadeou, em 1952, o movimento mundial pelo controle populacional, tentou, em 2008, implantar o sistema em Campinas, através da BEMFAM (filial brasileira da International Planned Parenthood Federation, entidade

que controla cerca de 20% das clínicas de abortos norte-americanas) e com fundos obtidos pela SAAF (Safe Abortion Action Fund), um consórcio para financiar a difusão da nova técnica, patrocinado pelos países da União Européia. A tentativa de instalar o sistema no Brasil foi denunciada internacionalmente pelo Population Research Institute. Ao ser tentada a implantação do sistema em Campinas através do dr. Aníbal Faúndes, o fundo para ações em aborto seguro havia acabado de liberar o montante de US\$ 11 milhões para a implantação do protocolo em 32 países, grande parte dos quais na América Latina.

Tudo isto, obviamente, tratará de ser imposto à sociedade brasileira, como sempre, sem discussão e como fato consumado, depois de já haver sido experimentado e implantado em lugares estratégicos no mais completo sigilo, contra a posição da esmagadora maioria da população".

[Confira o texto nas páginas 39 e 40 do relatório publicado em 2009:
CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFESA DA VIDA NO BRASIL:
Relatório sobre COMO FOI PLANEJADA A INTRODUÇÃO DA CULTURA DA MORTE NO PAÍS
<http://www.votopelavida.com/defesavidabrasil.pdf>]